Desenvolvimento psicossocial e adaptação na adolescência: um olhar para os adolescentes institucionalizados¹²

André Vilela Komatsu³

Universidade de São Paulo

Resumo: O presente artigo apresenta as noções de desenvolvimento e adaptação na adolescência e os processos que geram resiliência, integrando com os achados de estudos sobre os efeitos da institucionalização no desenvolvimento psicossocial dos adolescentes. As investigações mostram que a institucionalização tende a produzir efeitos negativos no desenvolvimento psicossocial do adolescente, que repercutem em resultados negativos na vida adulta. Nos casos em que não há outras soluções viáveis à institucionalização, esta deve durar o mínimo possível. É preciso sempre ponderar entre os impactos negativos e os potenciais benefícios para o desenvolvimento do jovem. Se os benefícios não forem concretos e factíveis, a institucionalização não se faz necessária.

Palavras-chave: adaptação; adolescência; desenvolvimento psicossocial; institucionalização; resiliência

Desarrollo psicosocial y adaptación en la adolescencia: una mirada a los adolescentes institucionalizados

Resumen: Este artículo presenta las nociones de desarrollo y adaptación en la adolescencia y los procesos que producen resiliencia, integrándose con los hallazgos de estudios sobre los efectos de la institucionalización en el desarrollo psicosocial de los adolescentes. Las investigaciones muestran que la institucionalización tiende a producir efectos negativos en el desarrollo psicosocial de los adolescentes, y conducen a resultados negativos en la vida adulta. En los casos en que no existan otras soluciones viables a la institucionalización, esta debe durar lo menos posible. Siempre es necesario considerar los impactos negativos de la institucionalización y los potenciales beneficios para el desarrollo

¹ (Versão preprint) Trabalho apresentado em 15/07/2021 no Congresso Internacional Bicentenário “*Justicia Juvenil en Perú y América Latina*”, organizado por OPA Niños Libres, Bureau International Catholique de l’Enfance (BICE) e Niños sin Rejas.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processos: 2013/07923-7 e 2019/09360-6).

³ Núcleo de Estudos da Violência, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Contato: avk@usp.br

de los jóvenes. Si los beneficios no son concretos y factibles, la institucionalización no se hace necesaria.

Palabras-clave: adaptación; adolescencia; desarrollo psicosocial; institucionalización; resiliencia

Psychosocial development and adaptation during adolescence: a look at institutionalized adolescents

Abstract: This paper presents the notions of development and adaptation in adolescence and the processes that generate resilience, integrating with the findings of studies on the effects of institutionalization on the psychosocial development of adolescents. Investigations show that institutionalization tends to produce adverse effects on the psychosocial development of adolescents, and lead to negative results in adulthood. Where there are no other viable solutions to institutionalization, it should last as little as possible. It is always necessary to consider the negative impacts of institutionalization and the potential benefits for the development of young people. If the benefits are not concrete and feasible, institutionalization is not useful.

Keywords: adaptation; adolescence; psychosocial development; institutionalization; resilience

A adolescência tem sido definida como o período de transição desenvolvimental entre a infância e a vida adulta, marcada por mudanças significativas no indivíduo e no seu ambiente social. Diz-se que esse período começa na biologia e termina na cultura, em razão da transição da infância para a adolescência ser marcada por mudanças físicas e cognitivas a partir da puberdade, enquanto os marcadores da transição para a vida adulta têm sido estabelecidos em termos dos papéis e das competências sociais esperados para uma pessoa com status de adulto – como o casamento, o fim da escolarização, o ingresso na força de trabalho e as habilidades necessárias para lidar com as responsabilidades e os privilégios da vida adulta (Smetana et al., 2006; Steinberg & Icenogle, 2019).

A intensificação dos processos neuronais e psicológicos e das demandas sociais que ocorrem nessa fase concorrem para que a adolescência seja considerada um período sensível para as trajetórias desenvolvimentais nos campos da cognição, das interações sociais, da personalidade e, por conseguinte, da adaptabilidade (Komatsu et al., 2018; Paus et al., 2008). Devido às peculiares condições desenvolvimentais durante a adolescência, tal como na infância, as experiências vividas nessa fase tendem a produzir efeitos mais duradouros que experiências vividas posteriormente (Blakemore & Mills, 2014; Arain et al., 2013; Kessler et al., 2005; McCormick et al., 2010), o que deve fomentar especial cuidado no que se refere às formas de responder às demandas e de lidar com as dificuldades dos jovens para promover as condições propícias para o crescimento e o desenvolvimento saudável.

Posto isso, o objetivo deste estudo consiste em contribuir para o entendimento de uma condição específica do desenvolvimento psicossocial na adolescência: a de jovens institucionalizados. Para isso, o presente artigo apresenta as noções de desenvolvimento cognitivo e socioemocional que sucedem durante a adolescência, dois domínios fundamentais para a adaptação pessoal e social frente às demandas da vida em sociedade. Em seguida, define o conceito e apresenta os processos de adaptação na adolescência, considerando a influência de fatores de risco, vulnerabilidade, proteção e promoção para a expressão da resiliência. Por último, apresenta resultados de estudos sobre os efeitos da institucionalização no desenvolvimento psicossocial do adolescente.

Desenvolvimento da cognição social na adolescência

A cognição social se refere à habilidade de interpretar e dar sentido às experiências sociais por meio do processamento dos sinais produzidos por outras pessoas ou emergente das interações (Frith, 2008), o que inclui o emprego de funções como a percepção, atenção, memória, perspectiva, detecção de faces, emoções e motivações e outros aspectos da teoria da mente (Meltzoff, 1999). O

desenvolvimento dessas competências, em termos de ganhos e aquisições, se intensifica na adolescência e são cruciais para a adaptação social e o exercício das responsabilidades e da maior autonomia característicos da vida adulta.

Os estudos neurocientíficos têm demonstrado que durante a adolescência há crescimento e mudanças funcionais significativos no córtex pré-frontal e parietal, especialmente no que se refere aos processos de mielinização dos axônios e da sinaptogênese seguida pela poda sináptica⁴, ambos associados à melhora no processamento da informação social (Choudhury et al., 2006; Steinberg, 2005). Essas transformações capacitam o adolescente a desenvolver competências relacionadas a ações planejadas, avaliação de risco, autorregulação e intercoordenação dos sistemas afetivos e cognitivos (Cicchetti, 2016; Steinberg, 2005). Contudo, ainda que as transformações estruturais e funcionais do cérebro tenham base em um cronograma maturacional biológico (de modo que se pode observar alterações semelhantes em adolescentes aproximadamente da mesma idade em diferentes culturas), essas mudanças não se dão em um vácuo relacional. A cultura, o ambiente e as interações sociais fornecem o contexto e ditam a direção das trajetórias desenvolvimentais (Keller, 2020; Vygotsky, 1978). Nesse sentido, as conexões sinápticas relevantes que se fortalecem na adolescência serão fortemente influenciadas pelas pistas sociais e reforçamento diferencial produzido nas relações e contextos psicossociais dos adolescentes.

Dessa forma, a adolescência se apresenta como uma importante janela de oportunidade para o desenvolvimento da cognição social por meio dos diversos e dinâmicos mecanismos da maturação biológica e da socialização. Perturbações relevantes no ambiente físico e social do adolescente reverberam na quantidade e na qualidade das competências desse domínio, dificultando sua adaptação frente às complexas e heterogêneas relações interpessoais e às demandas sociais.

Desenvolvimento socioemocional na adolescência

O sistema emocional consiste em diversos componentes responsáveis pelo processamento intra e interpessoal da expressão, reconhecimento e compreensão das emoções, das experiências subjetivas e dos estados emocionais. Uma das funções centrais do sistema emocional é motivar e organizar o comportamento (Cicchetti, 2016), sendo as competências

⁴ Processo natural do cérebro que consiste em remover sinapses extras (não relevantes), e manter e fortalecer as conexões significativas para o contexto em que o adolescente se desenvolve. Esse processo ocorre principalmente na infância, sendo a adolescência um segundo período em que a poda sináptica ocorre de forma significativa.

socioemocionais fundamentais para o estabelecimento de relações afetivas, positivas e empáticas com os outros (Saarni et al., 1998).

Assim como acontece com as competências cognitivas, o desenvolvimento das competências socioemocionais ocorre principalmente na infância, durante os momentos de interação da criança com os seus cuidadores (Thompson, 1998). No entanto, o desenvolvimento dos sistemas cognitivo e emocional ocorre de forma relativamente independente na primeira década de vida. É na adolescência que as relações recíprocas e interativas entre esses sistemas se intensificam, o que se denomina de intercoordenação dos sistemas emocional e cognitivo (Cicchetti, 2016). Problemas de intercoordenação emocional-cognitiva produzem dificuldades na autorregulação – habilidade de ajustar, inibir ou modular de forma satisfatória as emoções, cognições e comportamentos orientados a objetivos – o que produz desajustes emocionais e comportamentais em diversas situações sociais e desfechos negativos em diferentes domínios da vida (Calkins & Perry, 2016).

Se, por um lado, as interações relativamente positivas com os cuidadores, irmãos e pares favorecem a aquisição de competências socioemocionais e da autorregulação, por outro lado as experiências adversas intensas e/ou crônicas durante a juventude, como a negligência e os abusos físicos, emocionais ou sexuais suscitam diversas emoções negativas e comportamentos desadaptativos. Cicchetti (2016) sugere que as experiências adversas precoces podem acelerar o desenvolvimento dos sistemas cerebrais de afeto negativo, por meio da poda sináptica excessiva dos circuitos neurais de afeto positivo, condições que intensificam e prolongam os estados emocionais negativos e produzem o que se conhece como viés de negatividade (Ayoub et al. 2006; Gunnar & Quevedo, 2007).

Durante a infância e a adolescência, a vinculação e o apego seguro a pessoas significativas são cruciais para promover a integração das capacidades socioemocionais, cognitivas e comportamentais, o desenvolvimento de um senso integrado de self e o estabelecimento de relações positivas com os outros (Bowlby, 1969; Calkins & Perry, 2016; Sroufe, 1990; Thompson, 1998). Na ausência de um ambiente minimamente adequado e da presença relativamente frequente de figuras significativas que promovam um contexto propício para o desenvolvimento dos jovens, a aquisição dessas competências e a adaptação social satisfatória estarão comprometidos. É importante observar que mesmo desvantagens sutis podem produzir efeitos grandes no longo prazo, fenômeno conhecido como desvantagem cumulativa (Sampson & Laub, 1997).

Adaptação durante a adolescência

A neuroplasticidade na adolescência atinge níveis que não se repetirão nas fases posteriores da vida (Lee et al., 2014), o que torna os adolescentes potencialmente capazes de se adaptarem aos mais diversos contextos. Aqui, o conceito de “adaptação” não representa, necessariamente, “a forma ideal de enfrentar um determinado problema ou situação”. A adaptação psicossocial remete ao processo de ajuste do indivíduo ao meio em que está inserido, podendo ser um ajuste pró-social e/ou saudável ou antissocial e/ou patológico (Komatsu et al., 2018). Comportamentos podem ser funcionais ou adaptativos em alguns contextos ou em períodos específicos da vida, mas não em outros. Por exemplo, o comportamento de chorar e gritar para obter comida pode ser considerado adaptativo para um bebê, mas não para um adolescente. É possível, também, que os mecanismos de adaptação empregados pela pessoa possam produzir um desajuste emocional, cognitivo ou social. Por exemplo, para lidar com o mal-estar gerado por um ambiente aversivo, a pessoa pode recorrer ao uso de substâncias. O efeito da droga gera um bem-estar momentâneo que torna seu ambiente aceitável, mas, por conta da tolerância ao efeito da substância, a pessoa necessitará de doses cada vez maiores. No longo prazo, a pessoa pode desenvolver dependência e comorbidades como depressão e ansiedade. Assim, algumas estratégias podem amenizar o problema inicial, mas gerar outros efeitos não desejáveis. Nesse sentido, costuma-se dizer que a saúde emocional de uma pessoa está intimamente relacionada às características sociais e emocionais do ambiente em que ele se desenvolve (National Scientific Council on the Developing Child, 2004).

A adolescência, por ser um período de alta suscetibilidade aos estímulos ambientais e às pressões sociais, constitui-se um período de vulnerabilidade para o surgimento de comportamentos de risco e de alguns transtornos mentais, especialmente em face à adaptação que se processa em ambientes precários, violentos, hostis e estressantes (Cicchetti, 2016; Komatsu et al., 2018). As condições do ambiente físico, as mudanças corporais, a natureza e a qualidade da interação com os familiares, o vínculo com a escola e o relacionamento os professores, a influência dos pares e a busca por relacionamentos íntimos são alguns dos contextos e desafios enfrentados na adolescência. Em geral, os contextos da adolescência e as adversidades moderadas características dessa fase tendem a ser benéficas aos adolescentes, fomentando o desenvolvimento de habilidades de vida desejáveis para o convívio em sociedade e para a adaptação positiva na vida adulta, como o *coping* positivo, senso de autoeficácia, competências sociais e habilidades de resolução de problemas. De fato, a maior parte dos adolescentes atravessam esse período sem grandes problemas ou consequências negativas significativas (Compas et al., 1995; Paus et al., 2005). Há, contudo, contextos que impõem dificuldades atípicas, além das capacidades esperadas para um jovem

poder enfrentá-las, muitas vezes envolvendo violações de direitos. Essas situações ou condições são os maiores riscos para trajetórias de desajuste emocional, cognitivo, comportamental e/ou social do adolescente.

Risco, Vulnerabilidade, Proteção, Promoção e Resiliência

A busca pela promoção de saúde e do desenvolvimento pleno invariavelmente passa pelo estudo dos fatores que influenciam de forma significativa o curso do desenvolvimento. Esses fatores são chamados de risco, proteção ou promoção, dependendo de como interferem – aumentando ou diminuindo – a probabilidade de a pessoa apresentar um ajuste positivo ou negativo (ver Masten & Narayan, 2012). Esses fatores ou marcadores são conceitualizados em termos de características da pessoa (como predisposições genéticas ou características temperamentais) ou ambientais (como a exposição a eventos traumáticos ou à adversidade crônica) (Compas et al., 1995). Os fatores de risco aumentam da probabilidade de desfechos negativos (ex.: abuso físico crônico constitui-se risco para a depressão). Condições de vulnerabilidade (ex.: pobreza) potencializam os efeitos dos fatores de risco, enquanto os fatores de proteção (ex.: suporte social) interagem com esses fatores e reduzem a probabilidade de desfecho negativo mesmo sob condições de alto risco, porém não apresentam efeitos – positivos ou negativos – em condições de baixo risco. E os fatores de promoção (ex.: competências socioemocionais) predizem desfechos positivos em ambas as condições – baixo e alto risco.

É importante notar que, embora esses fatores sejam úteis para identificar indivíduos ou grupos que apresentam maior probabilidade de desenvolver problemas, eles não explicam, intrinsecamente, por que o problema se desenvolve. Por esse motivo, os pesquisadores buscam pelos processos/mecanismos que explicariam os desfechos desenvolvimentais (Compas et al., 1995; Komatsu, 2019, p. 45). Tal exercício ajudaria a explicar o fato de as pessoas responderem de forma diferente às condições adversas, variação que pode ser constatada mesmo entre pessoas expostas às “mesmas” situações (Masten & Narayan, 2012). Observa-se que muitos adolescentes em situação de vulnerabilidade e que apresentam ou estão expostos a numerosos fatores de risco se adaptam de forma relativamente positiva, sem desenvolver a condição correspondente aos riscos que estão expostos (Komatsu et al., 2019). Essa adaptação positiva frente a condições adversas ou traumáticas que geralmente produzem perturbações na adaptação é conhecida como resiliência. A Figura 1 ilustra padrões de trajetórias de funcionamento comumente descritas na literatura (Masten & Narayan, 2012). Os fatores de proteção e de promoção que fomentam a capacidade adaptativa resiliente depende dos sistemas fundamentais de

adaptação humana que se encontram nos indivíduos, seus relacionamentos, famílias, amigos, escola, comunidade e cultura (Masten, 2007).

Figura 1. Figura (A) Trajetórias de funcionamento adaptativo antes e depois uma experiência traumática aguda. Linhas pontilhadas ilustram formas de resiliência e linhas contínuas ilustram trajetórias desadaptativas. A trajetória (a) representa resiliência ao estresse; a trajetória (b) mostra um período de perturbação seguido de melhora; a trajetória (c) representa um crescimento pós-traumático; a trajetória (d) apresenta um colapso sem recuperação; e a trajetória (e) ilustra um colapso atrasado e sem recuperação. Figura (B) Trajetórias de funcionamento adaptativo antes e depois da exposição prolongada à adversidade severa. As trajetórias (f) e (g) mostram um declínio durante o período difícil, seguido de uma melhora depois que as condições melhoram. A trajetória (h) apresenta um declínio sem indicativos (ainda) de melhora mesmo após a retomada de condições mais favoráveis (Figura: Masten & Narayan, 2012).

Luthar (2006) propõe cinco critérios para identificar os fatores mais relevantes e suscetíveis de gerar resiliência: (1) devem ser conceitualmente salientes (se relacionar mais fortemente ao risco em particular), (2) devem ser relativamente maleáveis (responsivos a intervenções); (3) devem ser prioritariamente proximais (em detrimento dos distais); (4) devem ter potencial para perdurar na vida do indivíduo; (5) devem ter potencial para gerar outros ganhos, catalisando as forças e mitigando as vulnerabilidades. As competências cognitivas e socioemocionais certamente se enquadram em todos esses critérios, assim como outras habilidades de vida mencionadas anteriormente como senso de autoeficácia, competências sociais e habilidades de resolução de problemas. Assim, se um dos objetivos centrais das instituições educadoras e socializadoras é “preparar os jovens para o futuro”, o desenvolvimento dessas competências não pode ser negligenciado. Posto isso, cabe a questão: as instituições estão preparadas e fornecem as condições propícias para que essas habilidades floresçam?

Os efeitos da institucionalização nos adolescentes

A institucionalização de crianças e adolescentes é um evento impactante na vida do jovem, que muitas vezes não escolheu nem aceitou essa situação. Por mais problemático ou precário fosse o contexto anterior à instituição, a transição para esse novo ambiente suscita emoções e sentimentos difíceis de serem elaborados, como o sentimento de perda ou rejeição (nos casos de abandono), de fracasso, inutilidade ou falta de controle (nos casos de tratamento de dependência de substâncias) ou de marginalidade (nos casos de adolescentes em conflito com a lei). Anterior à institucionalização, comumente se constata um histórico de abandono, negligência e/ou violências. Somado aos problemas do passado, o jovem tem de lidar com a nova realidade que se encontra e adaptar-se às condições e ao funcionamento da instituição e ao convívio com pessoas desconhecidas. Todas essas condições fomentam perturbações relevantes no desenvolvimento psicossocial do adolescente, o que leva à questão que muitos estudos buscam responder: como e em que medida a institucionalização afeta o desenvolvimento psicossocial?

A mudança para a instituição, seja um abrigo, um centro de reabilitação ou uma unidade de internação para adolescentes em conflito com a lei, implica retirar ou limitar o convívio do adolescente com as principais figuras e contextos de socialização de um desenvolvimento típico. O convívio em sociedade envolve experimentar múltiplos contextos e interações com pessoas com perspectivas e estilos diferentes, pluralidade que tende a equilibrar o peso das influências positivas e negativas, além de propiciar uma participação mais ativa do adolescente em seu próprio desenvolvimento e construção de identidade na medida em que possui certa autonomia para escolher os ambientes que frequenta e os vínculos relacionais que constrói. Adicionalmente, atividades em ambientes abertos, ao ar livre, tendem a produzir maiores benefícios para o aprendizado e desenvolvimento (Evans, 2006). No contexto da instituição, a natureza das relações cuidador-adolescente e adolescente-pares, o número limitado de educadores ou cuidadores por adolescente e a restrição de oportunidades estimulantes muitas vezes resultam em cenários incapazes de fomentar a potencialidade do desenvolvimento humano. Em situações extremas e de violações de direitos, há casos em que adolescentes sofrem negligências e abusos sistemáticos dentro das instituições. Nesse sentido, se faz necessário conhecer os processos que ocorrem nos contextos institucionais que podem levar a trajetórias desenvolvimentais negativas.

A maior parte das investigações sobre os efeitos da institucionalização focam na infância. Esses estudos comumente convergem em constatar os efeitos negativos da institucionalização nos primeiros anos de vida (Gunnar & Reid, 2019).

Nesse âmbito, Gunnar (2001) identifica três aspectos de privação que pode ocorrer em instituições: (1) falha em atender às necessidades básicas de nutrição e cuidado de saúde; (2) carência de estimulação adequada que promova o desenvolvimento sensorio-motor, cognitivo, linguístico e social; (3) falta de relacionamentos estáveis e consistentes com adultos com os quais possam ocorrer vínculos afetivos. Os processos que levam ao desenvolvimento aquém do ideal na adolescência são similares, e vários estudos mostram que os efeitos negativos perduram na vida adulta.

Em estudo longitudinal de sete anos com adolescentes em conflito com a lei, Dmitrieva e colegas (2012) identificaram que adolescentes que não foram internados tiveram um crescimento psicossocial – nas dimensões temperança, responsabilidade e perspectiva – superior à de adolescentes que passaram metade do período em restrição de liberdade, que por sua vez se saíram melhor que adolescentes que passaram todo o período confinado. Outro estudo com 13 anos de acompanhamento de adolescentes até a vida adulta (Schaefer & Erickson, 2019) mostrou que os/as adolescentes confinados se percebem mais como adultos do que adolescentes em conflito com a lei não confinados ou adolescentes sem envolvimento com a justiça, sugerindo uma tendência de “pular” a juventude e antecipar as responsabilidades da vida adulta. O estudo também identificou que esses adolescentes que passaram por medidas de internação possuem baixa autoestima, mostrando o efeito negativo na formação identitária. Erickson e Schaefer (2020) também mostram que adolescentes internados possuem piores indicadores de sucesso na vida adulta, como término dos estudos, acesso à universidade e identificação com a profissão, mesmo comparado a adolescentes também em conflito com a lei, mas que não tiveram a liberdade restrita.

É importante observar que os estudos mostram que nem todos – nem mesmo a maioria – dos jovens institucionalizados em algum momento da adolescência apresentam indicadores de disfuncionalidade psicossocial (Hutchinson et al., 1992). O que se constata é que, comparado a adolescentes não institucionalizados, a ocorrência de problemas identificados em adolescentes que passaram por instituições (em especial as de confinamento em tempo integral) costuma ser mais frequente que a de adolescentes não institucionalizados. Evidentemente, as condições que impactam negativamente o desenvolvimento podem estar presente fora das instituições – dentro dos lares e das famílias originais. Nesse sentido, a institucionalização não consiste, em si, um problema, mas representa uma situação de vulnerabilidade que pode gerar riscos importantes. Não raro, o ambiente “original” do adolescente pode apresentar riscos mais significativos ao seu desenvolvimento psicossocial. Outro aspecto a se observar, apontado por Gunnar e Reid (2019), é que adolescentes não chegam às instituições de forma aleatória, de modo que os fatores que os levaram à

institucionalização podem também contribuir para os efeitos negativos observados durante e após essa experiência.

Por fim, vale ressaltar que, quando as instituições fornecem as condições propícias, pode-se observar resultados positivos. Mota e colegas (2015) encontraram que a qualidade da relação entre o adolescente e figuras significativas, no contexto de abrigos, impacta positivamente na promoção da resiliência e na prevenção de problemas de comportamento. E Schubert e colegas (2011), em uma perspectiva de compreender a percepção do “cliente” (no caso, adolescentes em conflito com a lei que passaram por internação), pediram que os adolescentes avaliassem a instituição em termos de segurança, organização, clima institucional, justiça procedimental, serviços complementares (de saúde mental e orientação vocacional), disponibilidade de adultos em que podem confiar e planos para a reinserção social. Os resultados mostraram que adolescentes que tinham uma melhor percepção da instituição pela qual passaram apresentaram menor percentual de reincidência que suas contrapartes. Em suma, a literatura ressalta a importância do ambiente físico, do clima institucional, da qualidade das atividades disponíveis e da responsividade dos cuidadores/educadores para a promoção do desenvolvimento.

Considerações finais

O presente artigo apresentou as noções básicas de desenvolvimento e adaptação na adolescência e os processos que geram resiliência, integrando com os achados de estudos sobre os efeitos da institucionalização no desenvolvimento psicossocial dos adolescentes. Os resultados das investigações e a concreta realidade que se apresenta na sociedade nos conduz a um dilema: a factual existência de adolescentes abandonados e/ou que apresentam dificuldades e problemas de conduta (que por vezes os colocam em conflito com a lei e envolvidos com as instituições de justiça) *versus* a constatação empírica dos efeitos negativos da institucionalização no desenvolvimento psicossocial dos jovens.

A intervenção judicial sempre produz um impacto negativo no desenvolvimento do adolescente, por isso deve ser evitada sempre que possível. Quando não houver outras soluções viáveis, o tempo de intervenção (em especial as de restrição de liberdade) deve ser o mínimo possível – apenas o suficiente e necessário para resolver a questão ou o problema. É preciso sempre ponderar entre os impactos negativos da institucionalização e os potenciais benefícios para o desenvolvimento do jovem. Se os benefícios não forem concretos e factíveis, sobrepondo-se aos riscos inerentes à institucionalização, esta não se faz necessária. Por isso, toda estratégia de intervenção deve ter objetivos, plano e tempo de duração claramente definidos e justificados.

Referências

- Ayoub, C. C., O'Connor, E., Rappolt-Schlichtmann, G., Fischer, K. W., Rogosch, F. A., Sheree, L. T., & Cicchetti, D. (2006). Cognitive and emotional differences in young maltreated children: a translational application of dynamic skill theory. *Dev. Psychopathol.* 3(18), 679–706. <https://doi.org/10.1017/s0954579406060342>
- Blakemore, S.-J., & Mills, K. L. (2014). Is Adolescence a Sensitive Period for Sociocultural Processing? *Annual Review of Psychology*, 65(1), 187–207. <http://doi.org/10.1146/annurev-psych-010213-115202>
- Arain, M., Haque, M., Johal, L., Mathur, P., Nel, W., Rais, A., Sandhu, R., & Sharma, S. (2013). Maturation of the adolescent brain. *Neuropsychiatric Disease and Treatment*, 9, 449-461. <https://doi.org/10.2147%2FNDT.S39776>
- Calkins S. D., & Perry, N. B. (2016). The development of emotion regulation: implications for child adjustment. In D. Cicchetti, *Developmental Psychopathology*, (vol. 4). John Wiley & Sons, Inc. <https://doi.org/10.1002/9781119125556.devpsy306>
- Choudhury, S., Blakemore, S. J., & Charman, T. (2006). Social cognitive development during adolescence. *Social cognitive and affective neuroscience*, 1(3), 165–174. <https://doi.org/10.1093/scan/nsi024>
- Cicchetti, D. (2016). Socioemotional, Personality, and Biological Development: Illustrations from a Multilevel Developmental Psychopathology Perspective on Child Maltreatment. *Annual Review of Psychology*, 67(1), 187–211. <http://doi.org/10.1146/annurev-psych-122414-033259>
- Compas, B. E., Hinden, B. R., & Gerhardt, C. A. (1995). Adolescent Development: Pathways and Processes of Risk and Resilience. *Annual Review of Psychology*, 46(1), 265–293. <http://doi.org/10.1146/annurev.ps.46.020195.001405>
- Dmitrieva, J., Monahan, K. C., Cauffman, E., & Steinberg, L. (2012). Arrested development: The effects of incarceration on the development of psychosocial maturity. *Development and Psychopathology*, 24(03), 1073–1090. <http://doi.org/10.1017/s0954579412000545>
- Erickson, G., & Schaefer, S. (2020). Long Term Effects of Juvenile Correctional Confinement. In S. palermo e R. Dumache, *Criminology and Post-mortem Studies - Analyzing Criminal Behaviour and Making Medical Decisions*. <http://doi.org/10.5772/intechopen.94922>

- Evans, G. W. (2006). Child Development and the Physical Environment. *Annual Review of Psychology*, 57(1), 423–451. <http://doi.org/10.1146/annurev.psych.57.102904.190057>
- Gunnar, M. R. (2001). Effects of early deprivation: Findings from orphanage-reared infants and children. In: C. H. Nelson, & M. Luciana (Eds.), *Handbook of developmental neuroscience*. MIT Press.
- Gunnar, M., & Quevedo, K. (2007). The Neurobiology of Stress and Development. *Annual Review of Psychology*, 58(1), 145–173. <http://doi.org/10.1146/annurev.psych.58.110405.085605>
- Gunnar, M. R., & Reid, B. M. (2019). Early Deprivation Revisited: Contemporary Studies of the Impact on Young Children of Institutional Care. *Annual Review of Developmental Psychology*, 1(1). <http://doi.org/10.1146/annurev-devpsych-121318-085013>
- Hutchinson, R., Tess, D., Gleckman, A., Spence, W. (1992). Psychosocial characteristics of institutionalized adolescents: resilient or at risk? *Adolescence*, 27(106), 339-56.
- Keller, H. (2020). Children's Socioemotional Development Across Cultures. *Annual Review of Developmental Psychology*, 2(1), 27–46. <http://doi.org/10.1146/annurev-devpsych-033020-031552>
- Kessler, R. C., Berglund, P., Demler, O., Jin, R., Merikangas, K. R., & Walters, E. E. (2005). Lifetime Prevalence and Age-of-Onset Distributions of DSM-IV Disorders in the National Comorbidity Survey Replication. *Archives of General Psychiatry*, 62(6), 593. <http://doi.org/10.1001/archpsyc.62.6.593>
- Komatsu, A. V. (2019). *O desenvolvimento do comportamento violento na adolescência*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.59.2019.tde-16072019-155435>.
- Komatsu, A. V., Costa, R. C. S., & Bazon, M. R. (2018). Delinquência juvenil: relações entre desenvolvimento, funções executivas e comportamento social na adolescência. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 8(2), 979-999. <https://doi.org/10.5102/rbpp.v8i2.5289>
- Komatsu, A. V., Wenger, L., Costa, R. C. S., Bazon, M. R., Andres-Pueyo, A. (2019). Factores protectores en adolescentes infractores: un estudio tipológico. *International e-Journal of Criminal Sciences*, 14, 1-17.
- Lee, F. S., Heimer, H., Giedd, J. N., Lein, E. S., Šestan, N., Weinberger, D. R., & Casey, B. J. (2014). Mental health. Adolescent mental health--opportunity and

- obligation. *Science*, 346(6209), 547–549.
<https://doi.org/10.1126/science.1260497>
- Masten, A. S., & Narayan, A. J. (2012). Child Development in the Context of Disaster, War, and Terrorism: Pathways of Risk and Resilience. *Annual Review of Psychology*, 63(1), 227–257. <http://doi.org/10.1146/annurev-psych-120710-100356>
- McCormick, C. M., Mathews, I. Z., Thomas, C., & Waters, P. (2010). Investigations of HPA function and the enduring consequences of stressors in adolescence in animal models. *Brain and Cognition*, 72(1), 73–85.
<http://doi.org/10.1016/j.bandc.2009.06.003>
- Meltzoff, A. N. (1999). Origins of theory of mind, cognition and communication. *Journal of communication disorders*, 32(4), 251–269.
[https://doi.org/10.1016/s0021-9924\(99\)00009-x](https://doi.org/10.1016/s0021-9924(99)00009-x)
- Mota, C., Costa, M. & Matos, P. (2016). Resilience and Deviant Behavior Among Institutionalized Adolescents: The Relationship with Significant Adults. *Child Adolesc Soc Work J*, 33, 313–325. <https://doi.org/10.1007/s10560-015-0429-x>
- National Scientific Council on the Developing Child. (2004). *Children's Emotional Development Is Built into the Architecture of Their Brains*. Center on the Developing Child. Harvard University.
- Paus, T., Keshavan, M., & Giedd, J. (2008). Why do many psychiatric disorders emerge during adolescence? *Nature Reviews Neuroscience*, 9(12), 947–957.
<https://doi.org/10.1038/nrn2513>
- Saarni, C., Mumme, D.L., & Campos, J.J. (1998). Emotional development: Action, communication, and understanding. In W. Damon (Ed.) & N. Eisenberg, *Handbook of Child Psychology*, Vol. 3, (5th Ed.), Social, emotional and personality development (pp. 237–309). Wiley.
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1997). A Life-Course Theory of Cumulative Disadvantage and the Stability of Delinquency. In T. Thornberry (ed.), *Developmental Theories of Crime and Delinquency*. Transaction Publishers.
- Schaefer, S., & Erickson, G. (2019). Context matters: juvenile correctional confinement and psychosocial development. *Journal of Criminal Psychology*, 9(1), 44–59. <https://doi.org/10.1108/JCP-09-2018-0041>
- Schubert, C. A., Mulvey, E. P., Loughran, T. A., & Losoya, S. H. (2011). Perceptions of Institutional Experience and Community Outcomes for Serious Adolescent Offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 39(1), 71–93.
<http://doi.org/10.1177/0093854811426710>

- Smetana, J. G., Campione-Barr, N., & Metzger, A. (2006). Adolescent Development in Interpersonal and Societal Contexts. *Annual Review of Psychology*, 57(1), 255–284. <http://doi.org/10.1146/annurev.psych.57.102904.190124>
- Sroufe, L. A. (1990). An organizational perspective on the self. In D. Cicchetti & M. Beeghly (eds.), *The self in transition: Infancy to childhood* (pp. 281–307). University of Chicago Press.
- Steinberg, L., & Icenogle, G. (2019). Using Developmental Science to Distinguish Adolescents and Adults Under the Law. *Annual Review of Developmental Psychology*, 1(1), 21–40. <http://doi.org/10.1146/annurev-devpsych-121318-085105>
- Thompson, R.A. (1998). Early sociopersonality development. In W. Damon (Ed.) & N. Eisenberg (vol. eds.), *Handbook of Child Psychology, Vol. 3, (5th Ed.), Social, emotional, and personality development* (pp. 25-104). Wiley.
- Vygotsky, L. S. (1978). *Mind in society: The development of higher psychological processes*. Harvard University Press.

Sobre o autor:

André Vilela Komatsu é psicólogo, mestre e doutor em Psicologia, todos pela Universidade de São Paulo, com estágio doutoral na Universidade de Barcelona. É professor da Universidade de São Paulo, contratado pelo Programa de Atração e Retenção de Talentos da USP, e pesquisador de pós-doutorado do Núcleo de Estudos da Violência.

Conflito de interesse:

O autor declara não possuir conflito de interesse que possa ter influenciado o resultado desta publicação.

Sugestão de como citar:

Komatsu, A. V. (2021). Desenvolvimento psicossocial e adaptação na adolescência: um olhar para os adolescentes institucionalizados. Congresso Internacional Bicentenário. Justicia Juvenil em Perú y América Latina. OPA Niños Libres, BICE, Niños sin Rejas.